

Marcos Paulo Campos

Doutorando IESP-UERJ/professor UVA

Curso de História da Universidade Estadual Vale
do Acaraú – UVA

Resumo

Este artigo analisa como a memória sobre a primeira ocupação de terra, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) no Ceará, foi apropriada na liturgia política do Movimento por ocasião da comemoração de seus vinte anos de presença no estado. Esta análise se vale de entrevistas realizadas com os atuais assentados, sejam antigos moradores da gleba ou participantes da ocupação, e, principalmente, do registro etnográfico da *mística*, apresentada aos participantes do XXII Encontro Estadual do MST, ocorrido no assentamento 25 de Maio, situado em Madalena (CE), durante a cerimônia de comemoração dos vinte anos de atuação do MST no Ceará. A *mística* se constitui como um momento privilegiado de produção e de difusão dos sentidos da luta do MST que se dá por meio de um trabalho político sobre a memória coletiva, reorganizada simbolicamente em favor de estratégias contemporâneas para a continuidade do Movimento.

Palavras-chave: MST - mística– Ceará

Abstract

This paper discusses how the memory of the first land's occupation by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in Ceará was appropriate in the political liturgy of MST on the occasion of the commemoration of its twenty years of presence in the state. The analysis is based on interviews carried out with the current settlers, whether they were former inhabitants of the plot or participants in the occupation, and especially the ethnographic record of the *mystic* presented to the participants of the XXII MST State Meeting, held in the settlement named May 25 that is located in Madalena (CE), during the ceremony commemorating the twenty years of operation of MST in Ceará. The *mystic* constitutes a privileged moment of production and diffusion of the senses of the struggle of the MST, which takes place through a political work on the collective memory, reorganized symbolically in favor of contemporary strategies for the continuity of the Movement.

Key-Words: MST - mystic - Ceará

Este artigo analisa como a memória sobre a primeira ocupação de terra, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) no Ceará, foi apropriada na liturgia política do Movimento por ocasião da comemoração de seus vinte anos de presença no estado. A liturgia política aqui observada diz respeito à prática costumeiramente realizada e nomeada pelos sem-terra como *mística*. Essa se constitui como momento privilegiado de produção e de difusão dos sentidos da luta do MST que se dá por meio de um trabalho político sobre a memória coletiva, reorganizada simbolicamente em favor de estratégias contemporâneas para a continuidade do Movimento. Esta análise se vale de entrevistas, realizadas com os atuais assentados, sejam antigos moradores¹ da gleba ou participantes da ocupação, e, principalmente, do registro etnográfico da *mística*, apresentada aos participantes do XXII Encontro Estadual do MST, ocorrido no assentamento 25 de Maio², situado em Madalena (CE), durante a cerimônia de comemoração dos vinte anos de atuação do MST no Ceará.

O MST e as liturgias políticas

O MST é, certamente, o movimento social rural com maior visibilidade pública do Brasil. Entretanto, essa atenção recebida dos campos político e midiático não se deu desde o surgimento do Movimento, ocorrido na região sul no início dos anos de 1980. Na verdade, a visibilidade pública do MST, admitida como um forte indicativo de sua importância na história brasileira recente, se deu em consonância com o processo de nacionalização da forma de organização política do Movimento. A expansão das ações dos sem-terra para além da região sul do Brasil foi uma estratégia política, decidida pelos participantes do 1º Congresso

¹ O morador é o trabalhador rural que reside e trabalha na mesma fazenda. O acerto de trabalho e residência entre o trabalhador e o dono da gleba, nesses casos, envolve o pagamento ao patrão pela permissão de uso da terra para plantar, sendo essa remuneração, por vezes, feita pelo trabalhador com dias de trabalho cuja produção está sujeita ao proprietário. Isso configura o “pagamento de sujeição” ou o “trabalho de sujeição” por meio do qual o trabalhador remunera o patrão, e não o contrário, numa situação de concentração fundiária (MARTINS, 1979). No entanto, é fundamental entender a moradia como uma relação social para além do pagamento de trabalho ou renda ao patrão (BARREIRA, 1992), pois a vinculação entre trabalhador rural e proprietário extrapola a dimensão estrita da produção, embora a ela permanentemente articulada, em relações de dependência pessoal (habitação, subsistência e trabalho) fundantes de um sistema de dominação, baseado na combinação entre a tradicional propriedade fundiária explorada comercialmente e uma forma não capitalista de gestão do trabalho agrícola.

² Embora o assentamento rural seja socialmente conhecido como “25 de Maio”, o INCRA-CE nomeia a propriedade como Projeto de Assentamento São Joaquim.

Nacional dos Sem Terra em Curitiba (PR) no ano de 1985, cujas marcas mais reconhecidas são: o envio de lideranças já experimentadas em conflitos por terra para outras regiões do território nacional, a ampla divulgação do Programa de Reforma Agrária do MST e a exportação das formas de mobilização dos trabalhadores rurais, desenvolvidas pelos sem-terra no sul do País.

Para a estruturação do MST no Ceará, foram enviadas as lideranças Fátima Bezerra e José Rainha no ano de 1988. Segundo Bernardo Fernandes (2000), essa chegada tardia, haja vista que outros estados brasileiros, logo depois do Congresso de 1985, receberam líderes sem-terra para o trabalho político de expansão do Movimento, se deve a vacilações internas das lideranças nacionais do MST que duvidavam das possibilidades de estabelecer um movimento social de luta pela terra numa região semiárida, ou seja, onde há baixa produtividade dos solos devido às razões climáticas e à ausência de uma política pública de irrigação. Fátima Bezerra e José Rainha se juntaram às líderes Dona Maria Lima, Irmã Cleide e Irmã Tereza que atuavam na luta pela terra no Ceará e difundiam as ideias do MST nos sertões cearenses antes mesmo da primeira ocupação de terra do Movimento no estado, ocorrida em 25 de maio de 1989.

As três lideranças responsáveis por receber os enviados do MST haviam participado do Congresso do Movimento em Curitiba e repassavam aos trabalhadores rurais cearenses, que viviam as consequências do enfraquecimento da economia do algodão³, o Programa de Reforma Agrária, aprovado naquela ocasião. Nesse programa são apontados os seguintes objetivos da organização política dos sem-terra: lutar pela reforma agrária, lutar por uma sociedade justa, lutar pelo fim do capitalismo e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e vive. Essas ideias foram apresentadas e debatidas no meio rural do Ceará em processos formativos típicos do cristianismo de libertação, experimentado pelas igrejas cristãs na

³ Sobre a crise da produção de algodão, principal produto agrícola do Ceará nas décadas de 1970 e 1980, é elucidativo o estudo de Jorge Neto (2009). O economista ajuda a compreender a significativa queda dos acertos de *parceria/moradia*, que era a forma de trabalho de sujeição mais disseminada no meio rural cearense, implicando para muitas famílias de trabalhadores rurais a perda de trabalho e residência. Isso pode ser constatado quando o economista afirma que, em 1970, 37,4% das despesas dos estabelecimentos rurais com mais de 100 ha destinava-se à cota dos trabalhadores, vinculados às glebas em regime de *parceria* ou *moradia*, passando, em 1980, ao percentual de 18%. Isso ocorreu em paralelo ao debacle da economia algodoeira, configurando a crise descrita por Jorge Neto. O autor, utilizando dados do IBGE, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Censo Agropecuário e da PNAD, sustenta que “em 1970, o setor agropecuário participava com 17,5%, o industrial com 29,9% e o de serviços com 57,5%. Em 1983, tem-se o agropecuário com 7,6%, o industrial com 23,6% e o de serviços com 68,8%” (JORGE NETO, 2009, p. 32). Essa redução de importância ajuda a perda de postos de trabalho no setor algodoeiro e seus impactos para os trabalhadores do campo naquele momento.

América Latina ao longo do século passado, sobretudo, durante a vigência dos regimes autoritários no subcontinente. Nesse contexto, a articulação entre a análise de classes da sociedade e o ideário de justiça das Sagradas Escrituras forjou o sentido de legitimidade ética e espiritual da ação política dos cristãos nos mais diversos espaços da sociedade.

O cristianismo socialmente engajado, sistematizado nos termos da chamada Teologia da Libertação (TdL), abriu caminhos para a exposição dos objetivos do MST em processos organizativos nas comunidades rurais sertanejas, pois a TdL, ao não possuir um programa estruturado de mudanças, por vezes, deixou a cargo dos partidos políticos e dos movimentos sociais a construção sistemática das estratégias de ação política. No campo propriamente religioso, o cristianismo de libertação nunca hegemonizou a ação institucional católica latinoamericana, tendo sido, entretanto, nas bases sociais do catolicismo sua maior penetração. Isso se expressa, por exemplo, na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como grupos de ação política e reflexão religiosa em todo o país, disseminados desde a periferia das capitais aos mais distantes rincões brasileiros, bem como na constituição de organismos de ação social, vinculados à hierarquia clerical católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada, em 1975, para atuar em conflitos fundiários. Segundo Michael Löwy (2000), a Igreja brasileira é um caso único na América Latina, na medida em que é a única Igreja no subcontinente sobre a qual a Teologia da Libertação e seus agentes de pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva. Além disso, a ação de movimento social, fomentada pelos princípios e pelos agentes da TdL, pôde contribuir para a formação de organizações da sociedade civil com alcance nacional, voltadas para a luta por direitos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o próprio MST, incluindo também o relevante papel dessa perspectiva na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais recentemente, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

No meio rural do Ceará, estado de maioria católica⁴, a ação dos agentes pastorais, inspirados pelo cristianismo de libertação, foi capaz de oferecer os sentidos de mobilização social e de adesão das massas de trabalhadores rurais, não mais empregados na lida agrícola devido ao enfraquecimento da economia algodoeira, à forma de organização do MST e sua estratégia central de luta, ou seja, a ocupação de fazendas improdutivas por contingentes de

⁴ Segundo o IBGE, em 1980, 96% dos cearenses se declaravam católicos. No Censo de 2010, 78% dos 8,4 milhões de cearenses se declararam membros da Igreja de Roma, sendo o segundo estado do País em maioria católica.

trabalhadores rurais demandantes de terra. Irmã Cleide, então coordenadora da CPT na região do Sertão Central, Dona Maria Lima e Irmã Tereza, então membros das CEBs da mesma região, constituíram, a partir de suas organizações, os impactos políticos do engajamento cristão semelhantes aos percebidos nas demais regiões do País. João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, reconhece que a Igreja Católica “parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: espera que tu terás terra no céu. Pelo contrário, passou a dizer: tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra” (1999, p. 20). O líder nacional assim explicita que a prática social de luta pela terra do MST foi informada pelo discurso das instituições de ação social das igrejas cristãs, como a CPT e outras pastorais sociais, em processos organizativos nos quais a luta por direitos, imbricada de termos religiosos, conforma a legitimação e a produção de ideias-força de mobilização política. Foi nesse campo de articulação simbólica entre religião e política que a prática da *mística* se estabeleceu no MST. Mais recentemente, a secularização dessa prática, reveladora de certo afastamento entre o MST e a CPT, implicou na diminuição do uso de símbolos imediatamente religiosos nas *místicas* do movimento. Contudo, nem de longe, a inspiração religiosa deixou de estar presente nem o MST deixou de lado essa forma litúrgica de simbolização de sua ação política.

A *mística* se realiza pela teatralização dos conflitos políticos e dos ideais dos sem-terra, presente em todas as ações do MST (ocupações, acampamentos, seminários...), sendo admitida pelos integrantes do Movimento “como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem na luta” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.129). É justamente por agregar elementos políticos e inspiração religiosa numa mesma ritualística que a *mística* pode ser compreendida como uma liturgia política. Isso significa acolher a proposta analítica de Claude Rivière⁵ para quem

liturgia, cerimônia, celebração, ritual, todos são termos nos quais percebemos a imediata conotação religiosa. E, no entanto, não há movimento político partidário ou regime que não recorra a uma série de atos solenes, codificados e repetitivos de ordem verbal, gestual e postural altamente simbólicos. Certas manifestações públicas ritualizadas, ao afirmar a integração de uma coletividade, exibem uma identidade e expressam um desejo de existir em comunhão com certos ideais (1988, p. 7).

Claude Rivière, como se pode perceber, aponta vias interpretativas para não relegarmos os rituais da política ao puramente celebrativo ou ao pitoresco ilusório nos quais o poder, supostamente, não estaria presente. Para o autor, as relações de poder constituem simbologias que perpassam os conflitos políticos e investem de sentido tanto as cerimônias

⁵ As citações do livro de Claude Rivière (1988) são traduções de responsabilidade do autor deste artigo.

oficiais como as demais ritualísticas praticadas pelos agentes do campo social de disputa pelo poder (BOURDIEU, 2004). Ao observar as liturgias da política na França, Claude Rivière percebeu, por exemplo, que a cerimônia pública de 14 de Julho busca repor os sentidos dos eventos fundadores da República Francesa ao momento contemporâneo numa espécie de refundação simbólica da nacionalidade. Em 1880, ao estabelecer a comemoração da Queda da Bastilha, o Estado Nacional Francês buscava combater a nostalgia dos saudos da Monarquia pela enunciação celebrativa da continuidade simbólica entre a Terceira República e a Revolução Francesa. Esse elo é afirmado apesar da descontinuidade histórica entre os referidos acontecimentos, promovida tanto pelo autoritarismo bonapartista como pelos períodos de restauração monárquica. Entretanto, para Rivière, essa liturgia política, acionada quase um século depois do fim do Antigo Regime, deve ser também percebida como uma estratégia de exaltação do orgulho nacional na França em um contexto de ascensão dos ideais nacionalistas na Europa decorrentes das unificações alemã e italiana e posteriores à propaganda continental, difundida pela Coroa Britânica, sobre os avançados desenvolvimentos industriais ingleses. Para Claude Rivière, portanto, o surgimento do rito civil celebratório da formação republicana na França assume significado a partir da relação entre a rememoração de seus eventos fundadores e a ascensão dos nacionalismos externos ao território francês que, no início do século seguinte ao estabelecimento da comemoração oficial da Queda da Bastilha, se configuraram como forte ameaça à integração nacional daquele país. Assim, segundo o autor, se configura uma liturgia política, realizada até hoje, na perspectiva de atualizar a crença na estabilidade política e nas instituições afiançadoras do acordo nacional daquele país.

Não somente o rito de 14 de Julho serviu às interpretações de Claude Rivière. O autor também incorporou as ritualísticas do 1º de Maio em suas reflexões. Para ele, assim como a atmosfera política contribui de forma decisiva ao entendimento da cerimônia celebrativa da Queda da Bastilha, a conjuntura política em que se firma o Dia do Trabalhador na França é fundamental para a interpretação dos conflitos de poder que perpassam sua liturgia. Rememorando a história do evento, Rivière afirma o 1º de Maio como uma data de reunião pública dos trabalhadores, proposta pelas associações socialistas em âmbito internacional. Os ritos do Dia do Trabalhador apareceram na história francesa como um evento aglutinador de dois sentidos: a denúncia da estratificação social oriunda da sociedade industrial e a demonstração da mobilização e da unidade das reivindicações da massa trabalhadora. Não voltado à memória de eventos fundacionais ou à atualização de acordos nacionais que reproduzem a situação presente da sociedade francesa, como no caso do 14 de

Julho, o Dia do Trabalhador, segundo Rivière, nasceu e visa difundir valores, palavras de ordem e ideologias na perspectiva de alterar o atual estado de coisas, propondo um futuro melhor para o operariado na França e no mundo.

Pelos sentidos que atribuem ao passado ou pelo futuro que propõem, as liturgias políticas revelam conflitos em torno à manutenção ou à supressão da situação presente das coletividades que as realizam, sejam essas coletividades uma nação, um segmento da população ou mesmo um movimento social. Essa perspectiva deve ser considerada, nas páginas seguintes, para a compreensão da *mística* do MST como um ritual que investe de sentido a participação militante na luta pela reforma agrária, baseado na conjugação simbólica entre memória e futuro. Se, para Claude Rivière, foi profícuo pensar as liturgias da política institucional como uma forma de compreender a produção simbólica da nacionalidade ou da unidade operária, para este artigo, é interessante aproveitar a ritualidade da política não-institucional como uma via de compreensão das lógicas de produção de sentido sobre o passado, o presente e o futuro, voltadas para o engajamento em ações coletivas de contestação. Nesse sentido, a análise da *mística* do Movimento como uma liturgia política permite pensar a respeito dos vínculos entre o militante e o movimento social, mais precisamente, entre o sem-terra e o MST. Afinal, em favor da ação coletiva, os conflitos políticos mobilizam “crenças em valores fundamentais que a militância vai absolutizar: a pátria, o partido, a revolução, a humanidade, a paz, a república... e isso exige dedicação, solidariedade, sacrifício” (RIVIÈRE, 1988, p. 15). Nesse sentido, a clássica problemática da relação entre indivíduo e sociedade, de certa forma, subjaz a análise aqui apresentada, considerando a constituição de uma coletividade, o MST, atravessada por símbolos demarcadores atribuídos por aqueles que lhe conferem o sentido de pertencimento. Este artigo, portanto, reconhece o uso da memória na produção simbólica própria aos agentes do campo político como um caminho fecundo para o deciframento das densas relações de poder em que está envolto um movimento social contestatório como o MST.

A *mística* do 25 de Maio

O assentamento rural 25 de Maio, constituído como resultado da primeira ocupação de terra do MST no Ceará, sediou o XXII Encontro Estadual do MST, recebendo militantes do Movimento de todas as regiões do estado durante a terceira semana do mês de dezembro de 2009. Na quadra esportiva da escola de ensino médio que se encontrava ainda em construção, foi realizada a cerimônia de comemoração dos 20 anos de presença do MST em

território cearense. O alambrado da quadra estava decorado com faixas pretas nas quais constavam as seguintes frases em letras brancas e vermelhas: “MST na luta por reforma agrária e soberania popular”; “MST na luta por educação”; “Reforma Agrária já” e “O MST por escola, terra e dignidade”. Essas são palavras de ordem, utilizadas nas mobilizações do Movimento, que repõem a perspectiva da reforma agrária como centro da ação do Movimento e como parte de uma gama de direitos dos trabalhadores rurais.

A decoração do ambiente cerimonial, como se pode ver, afirma o discurso do MST no qual a desconcentração fundiária, essa antiga e não plenamente realizada demanda dos movimentos sociais rurais brasileiros, é retomada pelo MST como sentido de sua luta pela terra. Havia também faixas, que continham frases de personalidades tidas como referências para o Movimento, repletas de evocações à conquista de direitos via mobilização coletiva. Em suas máximas, estavam ali representados aqueles que dedicaram suas vidas à luta por igualdade, a saber: Denir, falecido militante sem-terra da região de Ocara, Olga Benário, revolucionária comunista que fora enviada pelo PC russo ao Brasil, e Rosa Luxemburgo, intelectual comunista. Essas personalidades foram lembradas por suas respectivas frases: “Se eu morrer, continuem a luta. Se alguém morrer, continuarei lutando”; “Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo” e, por fim, “Quem não se movimenta, não sente as cadeias que o prende”. Bandeiras do MST também estavam penduradas no alambrado, que separa a quadra propriamente dita das arquibancadas que a circundam, bem como um longo tecido floral numa tentativa de dar ao lugar, predominantemente cinza devido ao cimento das edificações, uma beleza próxima aos roseirais do sertão. Cadeiras de plástico brancas estavam dispostas em filas na forma de um auditório de frente para uma mesa de trabalhos, decorada com uma toalha de retalhos quadrados coloridos e uma bandeira do MST ao centro. Utensílios domésticos como pilão e cestos de palha foram colocados no chão imediatamente à frente da mesa e juntamente com jarros de flores vermelhas nas suas extremidades. Havia também flores sobre a mesa que tinha atrás de si um bandeirão, fixado no espaço que seria próprio a uma trave de futebol, em que estava escrito: “XXII Encontro Estadual do MST/CE – 18 a 20 de dezembro de 2009”. Completavam o bandeirão tanto a logomarca relativa aos vinte e cinco anos do MST no Brasil como o desenho alusivo aos vinte anos do Movimento no Ceará. Esse era composto de uma representação do mapa do estado com destaque para uma árvore de mandacaru, uma jangada, o sol e uma cerca de arame farpado, saindo de dentro do mapa como se estivesse sendo rompida com força. O desenho trazia ainda os seguintes dizeres: “MST Ceará 20 anos (1989 – 2009)”. O bandeirão continha também a frase “MST-CE: 20 anos de lutas, resistências e conquistas” e no rodapé, em letras

menores, “Assentamento 25 de Maio – Madalena – CE”. Microfones ligados às caixas de som, empilhadas nos extremos da quadra, garantiam as condições de realização dos debates e a animação musical do evento.

Segundo João Pedro Stédile, “o MST é uma continuidade de um processo histórico das lutas populares” (1999, p. 58). Esse sentimento de herança dos conflitos sociais em torno dos direitos, ocorridos anteriores à formação do Movimento, de que fala o coordenador nacional do MST, expressou-se na ornamentação do alambrado por detrás do bandeirão do encontro. Cestos de palha, amarrados ao arame, traziam nomes de líderes de movimentos sociais de diversos períodos históricos, tais como: Zumbi dos Palmares, o contestador da escravidão negra, Paulo Freire, Frei Tito, frade dominicano torturado pelos agentes da repressão autoritária, e Irmã Dorothy Stang, freira assassinada a mando dos latifundiários paraenses em 2005. O painel de líderes contava também com o nome de João Sem Terra, um histórico militante do MST cearense falecido em 2008. Os referidos nomes eram apresentados sem destaque especial de um ou outro num amplo mosaico horizontal de referências comuns à ação dos sem-terra, mobilizando a memória de lideranças afins ao campo político do Movimento.

Entre a mesa de trabalhos e as cadeiras dispostas como auditório foi deixado um espaço para a realização da *mística* referente aos vinte anos da organização dos sem-terra no Ceará. No chão desse espaço entre a mesa e as cadeiras havia um mapa do estado feito em contornos de areia, trazendo dentro de si a sigla “CE”, também escrita com areia, e rodeado de pétalas de rosas vermelhas. Ao redor do mapa, sobre bandeiras do Movimento, estavam dispostas enxadas, foices e facões costumeiramente utilizados no trabalho agrícola. Quando os participantes já estavam acomodados nas cadeiras, o momento inicial da cerimônia de comemoração das duas décadas de presença do MST no Ceará teve início com a entrada na quadra de jovens vestidos com calças jeans e blusas do Movimento. Esses jovens se deitaram no chão ao lado das bandeiras próximas ao mapa do estado. Uma música começou a ser cantada pela voz feminina de uma jovem sem-terra, acompanhada por um rapaz ao violão. Os acordes iniciais do violão foram seguidos da construção processual de um silêncio entre os participantes, por vezes, interrompido pelo imprevisível comportamento das crianças presentes. A canção dizia:

Mensagem de quem caminha em direção a um lugar comum
No peito traz rebeldia de uma flor que desabrochou
Quebrar a cerca do latifúndio, fazer da terra um lugar comum
Plantar a vida, trazer valores de um novo tempo que já chegou
Derrubando as barreiras, juntando forças pra repartir
Sonho de um mundo novo que poderemos construir

Enquanto a música acima ia sendo cantada, um homem vestido numa túnica cor de ouro e uma mulher numa túnica vermelha, ambos com bonés do MST, entraram na quadra, lado a lado, empunhando mastros com bandeiras do Movimento por entre as cadeiras brancas nas quais estavam os participantes do evento. O casal se dirigiu ao mapa desenhado em contornos de areia num caminhar compassado e solene. O uso da túnica e, principalmente, a cadência lenta e austera, inspirada nas celebrações católicas, como diria Daniela Issa⁶, “tem influenciado o tom e é praticamente generalizada em outras místicas” (2007, p. 128). Chegando ao mapa, o homem e a mulher continuaram em pé próximos à sigla do Ceará feita de areia. A jovem que estava a cantar, interrompeu seu canto para a seguinte narração:

No dia vinte e cinco de maio de 1989, enfrentamos uma das primeiras grandes lutas do MST: ocupar a fazenda que hoje vem a ser o assentamento 25 de Maio. Marco da primeira ocupação enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela terra. Temos conquistado, ao longo dos vinte anos de MST no estado do Ceará, 136 assentamentos federais e 76 assentamentos estaduais. Estamos em 46 municípios que são áreas livres, sob o controle dos trabalhadores do estado do Ceará, congregando 11 mil famílias assentadas. E a luta não pode parar. Temos ainda 24 acampamentos com 900 famílias acampadas que resistem na luta contra o agronegócio. Cabe a cada um de nós, nas lutas, fortalecermos e massificarmos o nosso Movimento.

O texto narrado aponta o significado de pioneirismo, atribuído pelos sem-terra, à ocupação das terras que um dia foram as Fazendas Reunidas São Joaquim de propriedade do general Wicar Parente de Paula Pessoa. Esse sentido, já encontrado nas falas dos participantes da ocupação⁷, é profundamente exaltado na teatralização da experiência vivida. Além do pioneirismo, a narradora sustenta a expressividade do Movimento, constituído no estado desde a ação inaugural de 1989, em números citados como signos de sucesso. Se, para Lygia Sigaud, foi importante perceber que a ocupação de fazendas improdutivas “tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil” (2005, p. 255), para este artigo, é válido ressaltar que os assentamentos têm se constituído como a resposta territorial, econômica, social, política e também simbólica da luta pela terra via ocupação, dirigida pelo MST. Isso fica bastante evidente quando se percebe a atribuição do sentido de conquista aos assentamentos, logrados em virtude da ação Movimento, pela ritualidade da *mística* aqui analisada.

A ação do MST, e também de sindicatos e de outros movimentos sociais rurais, nas últimas décadas não se dá em direção à constituição de pequenos produtores rurais

⁶ As citações do artigo de Daniela Issa (2007) são traduções de responsabilidade do autor deste artigo.

⁷ Cf. CAMPOS (2014).

independentes, mas sim na perspectiva de construir uma comunidade de interconhecimento, de propriedade e de trabalho coletivos, associativista e viável no mercado interno da agricultura familiar. Essas comunidades assentadas são enunciadas na liturgia política do Movimento como sendo “áreas livres”, ou seja, espaços em que a gestão comunitária do trabalho e da produção substituem as formas de trabalho de sujeição, deixando o trabalhador rural “livre” do mando dos fazendeiros próprio à gestão da lida agrícola nas grandes propriedades. Não por acaso, há, na *mística*, a acepção de orgulho quando da exibição dos números de assentamentos, obtidos com os enfrentamentos entre o MST e os donos de terra no estado.

O sentido de orgulho com o qual o Movimento reapresenta simbolicamente os territórios modificados por sua ação é compreensível porque, segundo Sérgio Leite, se observadas “a situação presente e pretérita das famílias assentadas, guardadas a forte heterogeneidade entre os projetos e a precariedade da infraestrutura prevacente em boa parte dos mesmos, poderá facilmente ser constatada uma melhoria nas suas condições de vida” (2006, p. 150). A exaltação simbólica do assentamento rural dialoga não somente com a pesquisa especializada que afirma a mudança positiva em favor da reprodução social dos trabalhadores rurais, operada pela desapropriação de terras para a reforma agrária e a decorrente constituição de comunidades assentadas, mas a ritualidade que enaltece as conquistas se relaciona também e diretamente com a percepção dos assentados a respeito das mudanças ocorridas em suas vidas desde a ocupação de 1989. Em entrevista, Seu Sitônio⁸, participante da ocupação e assentado no 25 de Maio até hoje, afirmou que ali se construiu uma comunidade que “tá dando certo”. O assentado chegou a dizer que “Madalena não era nada antes do assentamento”. Ele relatou que se chegassem quatro pessoas para comer num restaurante do município, antes da ocupação, teriam que esperar mais de uma hora enquanto a comida era feita, pois “não era costume passar tanta gente por ali”. Como se pode ver, Seu Sitônio vincula a constituição do assentamento ao desenvolvimento do município de Madalena, implicando, por exemplo, em maior circulação de pessoas e ampliação da oferta regular de serviços de alimentação. Noutra entrevista, Seu Joaquim, antigo morador das Fazendas Reunidas que foi incorporado ao 25 de Maio, corrobora a percepção de Seu Sitônio sobre a vida após a ocupação, dizendo: “A gente ficou mais liberado para trabalhar. A gente

⁸ O pronome possessivo “seu” aqui substitui o termo “senhor”, respeitando uma forma costumeira de tratar as pessoas mais velhas no meio rural cearense. Em 2009, ano do trabalho de campo em que foram feitas as entrevistas e o registro etnográfico que embasa este artigo, Seu Sitônio estava com 59 anos. Seu Joaquim, outro entrevistado, afirmou ter 65 anos.

tem parcela, tamo trabalhando por nossa conta, como se fosse dono da terra”. A fala de Seu Joaquim não só repõe a perspectiva da melhoria nas condições de vida como afirma a percepção positiva da mudança na relação com o espaço, ocorrida após a ocupação.

Embora os assentamentos sejam os resultados objetivos das ocupações, sendo percebidos subjetivamente como conquistas, nem de longe a obtenção deles encerra a ação do MST. Não por acaso, a narradora da *mística* afirma: “E a luta não pode parar”. Ao falar isso, cita a presença significativa de famílias em acampamentos como expressão concreta da demanda por reforma agrária. Isso expressa que, se houve sentido para a luta política empreendida no final dos anos de 1980, continua a haver razão, no momento contemporâneo, para a participação no Movimento já que seguem existindo populações necessitadas de terra e de trabalho para viver. É pela permanência objetiva dos despossuídos, nomeados como “sem-terra”, que permanece a razão de ser do movimento social reivindicador de reforma agrária. E é essa a razão de ser, ou melhor, a justificativa para cada membro do Movimento assumir como tarefa pessoal a construção da ação coletiva de contestação da concentração fundiária. Nesse sentido, a *mística* mobiliza a memória do vivido para a produção de um sentido de engajamento com forte impacto organizativo, forjando “a criação da identidade pela associação com um grupo, neste caso um segmento de classe, de identidade agrária” (ISSA, 2007, p. 129). O passado, na *mística*, não está para a recordação, mas, na verdade, serve à atualização dos vínculos sociais que sustentam a mobilização do MST.

A encenação seguiu com a narradora afirmando: “Durante esses vinte anos de Movimento, nós construímos...”. Ao dar a deixa, a narradora foi imediatamente seguida pelo levantar de cada um dos jovens que estavam deitados ao chão. Ao ficar de pé, cada jovem se colocava de frente para os participantes e dizia uma palavra, sendo elas: lutas, formação, trabalho, conscientização, produção, mobilização, organização, educação, cultura, ocupação e vitórias. A pronúncia desses termos foi acompanhada do gesto de erguer o braço esquerdo com o punho cerrado, dando uma espécie de “soco” no ar muito comum em ações coletivas. Depois de ditas as palavras, cada jovem pegava um utensílio de trabalho agrícola e a bandeira sobre a qual estava colocado e se dirigia ao interior do mapa do Ceará, feito em contornos de areia. Dispostos ao redor do casal, que já estava lá empunhando bandeiras, os jovens abriram as suas e empunharam os utensílios numa composição que lembra os registros fotográficos de Sebastião Salgado a respeito das ações do MST.

As palavras pronunciadas se referem ao processo organizativo do Movimento em diferentes perspectivas. “Lutas”, “conscientização”, “mobilização” e “ocupação” fazem parte do imaginário comum de referências relativas às ações diretas e visíveis do MST, quase sempre, apontadas com centralidade tanto por analistas como por seus militantes. Segundo Lygia Sigaud, depois do Golpe de 1964, ficou difícil a promoção de ocupações, porém, nos conflitos sociais e políticos germinados no processo de declínio do período autoritário, “as ocupações generalizaram-se em todo o país, promovidas não apenas pelo MST, mas também pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por dezenas de outras organizações criadas com o objetivo precípua de ocupar terras” (SIGAUD, 2005, p. 256). Se, por um lado, essas ações são investidas do sentido de legitimidade na *mística* do Movimento, devido à existência de segmentos expropriados no campo, por outro, Lygia Sigaud percebe a atribuição do caráter legítimo das ocupações pela atenção com a qual as recebe o poder público. Para a analista, “o Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos *movimentos* (como se autodenominam e são denominadas essas organizações), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos” (SIGAUD, 2005, p. 255). As ocupações, portanto, se consolidaram como uma forma de comunicação e de apresentação da demanda social a ser trabalhada pelos programas estatais de reforma agrária.

“Trabalho”, “produção”, “educação” e “cultura” foram pronunciadas pelos jovens e podem ser identificadas como palavras correntes nas comunidades assentadas nas quais o Movimento atua para construir perspectivas “exportáveis” ao conjunto de sua ação no plano econômico, laboral e educativo. Toinho, que tinha 16 anos ao ocupar o 25 de Maio e hoje é membro da coordenação estadual do Movimento, afirmou em entrevista que o assentamento de Madalena é uma referência para a luta pela terra no Ceará por ter sido o espaço de experiências com resultados positivos. O próprio ambiente onde ocorreu o encontro demarca o assentamento como espaço de educação. Há uma escola em processo de construção e outros grupos escolares. No plano da saúde, há uma Unidade Básica para atendimento dos moradores. Na produção cultural, uma rádio comunitária é utilizada como forma de difusão contínua dos valores do Movimento dentro do assentamento e para o questionamento à comunicação hegemônica das grandes mídias. Essa comunicação alternativa é reconhecida com muita importância na estratégia de formação política do Movimento que busca mudanças sociais no campo e no conjunto da sociedade. Mesmo que boa parte dos equipamentos dentro da comunidade sejam políticas públicas mantidas pelo orçamento estatal, eles estão dentro do assentamento e o fazem ser um espaço de acesso a

direitos sociais básicos. Embora possa não ser um acesso pleno, devido a intermitências na oferta dos serviços, como admitiu Toinho, a presença de tais estruturas de atenção pública indica o alcance de bens e serviços que não constavam, ou apareciam precariamente, nos relatos dos trabalhadores sobre a vida naquele lugar antes da ocupação.

Os desafios próprios à viabilização econômica das áreas reformadas repõem o tema da construção social do trabalho coletivo. Essa exigência da política de reforma agrária e do próprio Movimento para as famílias assentadas nem sempre é experimentada sem percalços. No caso do 25 de Maio, apesar de possuírem os seus lotes particulares, todos os assentados precisam dar pelo menos um dia de serviço nos trabalhos coletivos do assentamento. No caso dos trabalhos produtivos, a renda obtida com a comercialização deve ser dividida entre todos ou revertida para benfeitorias internas, decididas coletivamente. O maior incômodo com relação ao trabalho coletivo vem dos antigos moradores. Seu Raimundo Aniceto, que fora gerente das Fazendas Reunidas e hoje é assentado no 25 de Maio, diz claramente: “o negócio ficou diferente. Porque eles [os moradores] plantavam onde queriam. Aí inventaram de plantar de coletivo. Não se deram no coletivo e foram embora. Por isso tem mais gente de fora do que gente que era daqui, porque eles não se deram no coletivo”. Essa dificuldade de organização do trabalho coletivo na comunidade assentada que se estabeleceu pelo encontro entre ocupantes e antigos moradores, promovido pela ocupação das terras do General Wicar Pessoa, não aparece na teatralização celebrativa dos acontecimentos de 1989. Mais que isso, a recusa em permanecer na gleba após a constituição do assentamento por parte de antigos moradores, e até de ocupantes, é outro tema ocultado na *mística* do 25 de Maio. Nesse sentido, convém pensar que essa ocultação das desistências, aliada à exaltação daquilo que foi construído por quem permaneceu, atende a um mecanismo simbólico muito presente em liturgias políticas pelo qual se constitui “uma linha entre o antes e o depois, de um estado para outro, mas também a diferença entre os grupos pré-existentes à linha. O ritual, em certa medida, estabelece sanções e santifica uma ordem estabelecida” (RIVIÈRE, 1988, p. 18). A *mística*, pensada na perspectiva de Claude Rivière, investe a ocupação com o sentido de um evento demarcador, resguardando ao momento anterior a máxima negatividade e ao momento posterior a máxima positividade.

A produção simbólica secularizada de sanções como negativas e de sagrações como positivas se faz a despeito dos problemas evidentes, presumíveis e decorrentes da constituição de uma comunidade rural assentada, demonstrados nas falas dos entrevistados. Cabe a outro trabalho o aprofundamento analítico sobre as dificuldades dos antigos moradores em aceitar o regime de trabalho coletivo do programa estatal de reforma agrária,

incorporado como estratégia de organização do assentamento pelo MST. Interessa a este artigo perceber a ritualidade cerimonial do Movimento como um momento privilegiado de reorganização da memória em favor da perspectiva política de um agente coletivo de contestação. A análise até aqui desenvolvida demonstra como a produção simbólica da valoração positiva sobre os assentamentos alimenta a ideia de que eles são o espaço para uma vida melhor para os trabalhadores rurais, sendo essa vida melhor algo alcançável pela luta que se realiza através do engajamento no movimento social e na ação coletiva de contestação. A *mística*, por sua vez, não falseia as melhorias, ocorridas a partir da constituição do assentamento e confirmadas pelos entrevistados e pelas pesquisas sobre o mundo rural brasileiro contemporâneo⁹, mas, certamente, as amplia simbolicamente num exagero ritualizado de grande significação política.

“Formação”, “organização” e “vitórias” foram palavras ditas na *mística* que, em sentido amplo, permeiam todas as ações do MST. A vivência interna ao Movimento, nas suas mais diversas possibilidades, é considerada uma experiência formativa e Daniela Issa (2007) afirma o forte papel formativo contido na prática ritual da *mística*. As ações cotidianas do Movimento são consideradas por analistas e pelos próprios líderes sem-terra como parte de uma estratégia coletiva de preparação ideológica e intelectual dos militantes. Não por acaso, a primeira década do século XXI viu nascer a Escola Nacional Florestan Fernandes¹⁰, sediada no estado de São Paulo, para ofertar cursos de formação política aos membros do MST e de outros movimentos sociais. A Escola Nacional constitui-se como um espaço elaborado para formar militantes numa pedagogia construída a partir da dinâmica das lutas sociais e voltada para o fortalecimento do Movimento. Essa iniciativa ilustra a dimensão institucional do MST, ou seja, a constituição de estruturas com pretensão de continuidade.

Em sua organização interna, o MST constituiu setores para tratar, especificamente, do tema da formação e da educação. Eles fazem parte de uma organização, com forte caráter institucional, de alcance nacional, na qual os integrantes do Movimento estão envolvidos. É importante considerar que, ao longo da década de 1990, o MST construiu instâncias e setores

⁹ Para aprofundamento dos impactos dos assentamentos, ver: MEDEIROS; LEITE (1999).

¹⁰ A escola foi construída com recursos de contribuições internacionais ao Movimento e com aporte do governo federal. Esse também garantiu as primeiras ações formativas, mas foi impossibilitado de repassar recursos devido a impedimentos legais para tal apoio, apontados pelo Tribunal de Contas da União. Atualmente, a escola funciona com contribuições voluntárias de mantenedores brasileiros. O batismo da estrutura nacional de preparação de sua militância com o nome do fundador da sociologia crítica brasileira é uma forma do MST homenagear um intelectual reconhecidamente presente nas lutas sociais.

tanto como espaços de militância dos seus membros como para consolidação da própria dinâmica do Movimento (FERNANDES, 2000). Além disso, esses espaços são responsáveis pela produção de fortes vínculos entre a base militante e as lideranças do MST. As atividades podem estar organizadas em setores, secretarias, sistemas, coletivos e articulações em escala local, regional, estadual e nacional. As estruturas internas do Movimento podem deixar de existir ou dar lugar a novas configurações conforme as necessidades da luta política. Dentre as instâncias internas à organização do MST, há um setor importante a ser destacado: a frente de massa. Esse é responsável pelas atividades de ocupação e conquista da terra, ou seja, pela mobilização dos grupos de base, da estrutura e da rede de apoio necessários ao enfrentamento com a propriedade privada da terra. A frente de massa é considerada o primeiro ambiente de militância do sem-terra.

As instâncias de representação são os fóruns de decisão - espaços em que a partir da análise da realidade são definidas as linhas de atuação política do Movimento – que ocorrem nos encontros estaduais e nacionais. Nacionalmente, o MST possui como instâncias: o congresso, o encontro, a coordenação e a direção. Essa estrutura organizativa do MST tem como referência a tomada de decisão coletiva, por isso não há cargos eletivos individuais. A opção por um colegiado dirigente se deu logo no início do Movimento na região sul do país e foi expandida para todo os demais estados em seu processo de territorialização nacional (FERNANDES, 2000). Isso para evitar a identificação dos dirigentes pela perseguição política ou o aproveitamento da visibilidade da luta pela terra para alçar cargos no poder legislativo e executivo. Outros setores cumprem papéis importantes, são eles: comunicação, direitos humanos, finanças, saúde, relações internacionais e projetos.

Entre os setores citados, há aqueles em que o Movimento possui maior acúmulo, por exemplo, o já citado, setor de educação. Esse possui livros publicados, tem reuniões regulares e atua nos níveis local, regional, estadual e nacional com projetos de educação de jovens e adultos (EJA), com publicações sobre a pedagogia do MST e com a promoção de cursos, até de nível superior, com metodologia adequada à realidade do campo. A participação nos espaços citados é parte da militância interna ao MST e é considerada como aprendizado formativo em que “o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas”, diz Stédile (1999, p. 81). Isso indica certa capacidade de agregação e unificação da base social do MST, marcadamente diversa como são diversas as populações não proprietárias do campo brasileiro, reconhecida pelo dirigente nacional como imperativo para a permanência da organização. E Stédile complementa, “no momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma

agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força” (1999, p. 81). O relato do dirigente confirma a construção de uma forte dimensão institucional no MST como parte importante da história do Movimento e da sua continuidade, marcada pelo envolvimento permanente dos seus integrantes em tarefas organizativas. Estar aberto à contribuição de todos, das formas mais diversificadas, e produzir permanentemente o consenso interno nos espaços de decisão coletiva para fortalecer os laços de unidade é o desafio cotidiano das lideranças do MST. Segundo Stédile (1999), “quando se tomam as decisões no movimento elas são quase unânimes”, ratificando a prática organizativa em acúmulo de debates e consultas internas.

A estrutura organizativa, delineada há pouco, é apresentada pelos militantes e dirigentes do Movimento como uma vitória. Aliás, esse discurso de sucesso em tom vitorioso é próprio às recordações daquilo que é obtido via mobilização social, engajamento e enfrentamento político. Não somente Toinho, mas os demais assentados do 25 de Maio fazem questão de falar sobre o que “tá dando certo”. Seu Sitônio afirma com orgulho a produção econômica do assentamento. Segundo ele, o 25 de Maio, em relação à produtividade, só perde para o número de grãos produzidos pela fazenda do grupo empresarial Edson Queiroz, também localizada em Madalena. E isso só ocorre, segundo Seu Sitônio, “porque lá eles têm máquinas”. Essa retórica permeada pelo exagero é uma forma de enaltecimento dos chamados “avanços”, ou seja, as melhorias das condições de vida dos trabalhadores possibilitadas pela mobilização. O tom engrandecedor dos feitos do Movimento está presente na narrativa dos acontecimentos, proposta pela *mística*, e no momento de celebração coletiva da experiência vivida. É esse passado percebido como louvável, revivido na ritualização do MST, que se apresenta como sentido impulsionador da continuidade do Movimento. Dessa forma, o 25 de Maio é representado na *mística* como o ponto de partida dos acontecimentos seguintes, sendo assim investido do símbolo de pioneirismo. Sobre isso, Toinho diz:

eu tenho certeza que se nós tivéssemos ocupado o 25 de Maio e não tivesse dado certo, é claro que o Movimento iria existir, mas todos esses avanços não. Eu acredito que iria ser menos até porque as primeiras lideranças do MST saíram de lá do 25 de maio, saíram lá da ocupação. Sem dúvida, se tivesse dado errado, nós não iríamos estar nesse estágio que a luta está hoje.

O caráter enfático da fala do líder acima transcrita indica dimensões objetivas da relação entre a ocupação de 1989, o assentamento obtido a partir dela e a organização, em território cearense, de um movimento social de luta por reforma agrária de caráter nacional. Segundo Toinho, além de ter sido o espaço de formação das primeiras lideranças do Movimento no Ceará – embora não tenha sido o único, pois boa parte delas já tinham um histórico participativo em sindicatos e CEBs –, os resultados da ocupação na gleba do general

Wicar evidenciaram a possibilidade concreta de acesso à terra pelo caminho da ação coletiva de contestação. Talvez, se tivessem fracassado, os ocupantes poderiam gestar certo sentido de descredibilização em relação a futuras ações. Esse risco é percebido por Toinho quando fala que “alguma experiência que não dá certo, passa muito tempo pra você acertar os passos de novo”. A fala do líder, portanto, contradiz determinadas perspectivas de análise cuja observação dos movimentos sociais os retira do plano dos resultados. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) propõem pensar os movimentos a partir da desestabilização da política dominante e das práticas de questionamento às formas de exclusão “em vez de avaliar ou medir o ‘sucesso’ dos movimentos sociais principal ou exclusivamente com base no modo como suas demandas são processadas - e se o são – no interior da política de representação (institucional)” (p. 30). Certamente, os autores têm razão ao solicitar um olhar amplo sobre as ações coletivas, mas isso não pode ser feito sem observar os resultados objetivos dessas ações (os assentamentos, no caso do MST) e, mais ainda, a dimensão simbólica desses resultados para a mobilização social. Na verdade, é a expectativa de resultados semelhantes aos ocorridos no 25 de Maio, exaltados na teatralização da memória da ocupação, que vem a ser difundida como discurso mobilizador para outras ocupações do Movimento. E isso torna fundamental compreender como o MST produz um discurso, em seus ritos, que estabelece uma divisão simbólica entre o antes e o depois da contestação, organizada sobre a forma do MST, na qual ao antes é atribuída a negatividade (sujeição e opressão) e ao depois a positividade (liberdade, colaboração), tendo a mobilização política como elemento divisor, cuja finalidade última não é a recordação, mas a mobilização social. A celebração daquilo que é percebido como “vitória” acaba sendo, além de uma memória do vivido, um trabalho sobre a recordação produtor de um sentido de justificação para a continuidade da ocupação como forma de acesso à terra, promovida como estratégia central da luta do Movimento.

O sentido de justificação das formas de ação do MST, reconhecendo a centralidade organizativa da ocupação de terras, é praticamente hegemônico na teatralização dos seus 20 anos de estruturação no Ceará. Depois de dispostos em pé, empunhando enxadas, foices, facões e bandeiras do Movimento, os jovens permaneceram na área do mapa do estado, contornado com areia, enquanto uma música começou a ser cantada com acompanhamento do violão. “Salve, salve sua história, salve MST. Salve, salve os vinte anos, somos parte de você”, dizia o refrão. Ao final da canção, um jovem narrador, ao microfone, afirmou,

ao longo desses vinte anos do MST no Ceará e dos vinte e cinco anos de lutas no Brasil, centenas de companheiros e de companheiras tomaram por acreditar e lutar por uma sociedade mais justa, igualitária e defender a bandeira da reforma agrária. Foram assassinados, encurralados e vitimados em emboscadas a mando da violência do latifúndio perverso e o Estado burguês, simplesmente, por querer

um mundo melhor. Historicamente, a classe trabalhadora, tem sido massacrada por lutar em defesa dos seus direitos como foi Palmares, Belo Monte, Contestado, Caldeirão entre outros. Mas a sua história, seus ideais, valores, sonhos e convicções queremos lembrar. E a sua luta vamos continuar, pois todos e todas estão presentes.

Enquanto o jovem lia enfaticamente o texto, rapazes de bermuda e moças de *short* e camiseta entraram no espaço reservado para a *mística*. Todos estavam com chapéu de palha e tinham o corpo pintado com tinta vermelha. Ao entrar, os jovens ficaram rodeando o espaço em passos lentos e aparentemente perdidos. Finalizada a narração, cada jovem citou o nome de personalidades referências para o Movimento já falecidos ou assassinados. Foram citados: Zé Wilson, Manoel Veríssimo, Paulo Freire, Olga Benário, Denir, João Sem Terra, Che Guevara, Bernardo Marinho. As personalidades, citadas no rito, evocam testemunhos de engajamento e participação em conflitos sociais em torno a mudanças nos quais a questão da igualdade é fundamental. Essa recuperação da dimensão pessoal do engajamento político como ação informada por valores do igualitarismo, da liberdade e da transformação social constitui um mosaico de figuras, vinculadas a processos de luta popular muito diversificados, que também aparecem na fala de Stédile (1999) quando afirma o MST como a continuidade de um processo histórico de lutas populares. Ao se perceber assim, o Movimento assume como suas referências os processos de resistência social organizada, ocorridos muito antes de sua estruturação. Sobre isso, sustenta Stédile,

a luta pela terra existe neste país desde que os portugueses aqui chegaram, em 1500. Como não reconhecer a herança que nos legaram os mártires de 500 anos de lutas? Não inventamos nada. A burguesia de hoje também não foi inventada, é resultado de 500 anos de exploração do povo brasileiro. Os que vieram antes cometeram erros e acertos. Procuramos aprender com eles, para não cometer os mesmos erros e repetir os acertos.

Tanto na fala do dirigente nacional como na narrativa da teatralização aparecem termos do pensamento de esquerda (BOBBIO,1995). Nesse sentido, o histórico de luta social anterior ao Movimento e os objetivos dos sem-terra são apropriados por uma compreensão da ação do MST como parte do conflito de classes (MARX; ENGELS, 1981), ou seja, a luta histórica entre os que vivem do trabalho contra os que vivem da exploração dele. Para Stédile, “a luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores, se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade” (1999, p. 119). Nesse sentido, o discurso do dirigente insere a luta por reforma agrária no imaginário da transformação social. No entanto, a fala de Stédile e a narração *mística* não necessariamente se transpõem para a fala dos militantes de base que hoje são assentados no 25 de Maio. Para esses, as atribuições de sentido à luta por terra se dão informadas por lógicas da religiosidade popular, do aprendizado político-teológico das CEBs,

da vivência sindical e também de dimensões do senso comum marcadas por um difuso desejo de vida melhor. Seu Sitônio diz ter se convencido a participar da ocupação quando Fátima Ribeiro falou “que a gente [Sitônio e seus familiares] poderia morar numa terra melhor, mas tinha que passar por uma luta”. Além do mais, o estabelecimento da comunidade assentada e suas condições de trabalho e moradia são vistos como elementos asseguradores da possibilidade de os trabalhadores terem uma vida familiar, afetiva e comunitária, ou seja, construir laços de sociabilidade longe das incertezas, das necessidades e dos constrangimentos marcantes do momento anterior à ocupação.

Entender as falas dos militantes de base na sua não convergência imediata com os termos da liderança nacional ou da narração *mística* não significa falar em contradição. Em verdade, esses discursos diferenciados se articulam como forma de legitimação na prática política de uma organização de massas como o MST. A constituição de diversos níveis de militância em sua estrutura organizativa ajuda a compreender como essas articulações se fazem na dinâmica do Movimento. Entre as elaborações dos dirigentes e as perspectivas da base social do MST, a despeito de suas distinções, há convergências em vários sentidos, sendo preponderante a centralidade da ocupação de terras como forma de produzir mudanças em direção a melhorias na vida do trabalhador rural.

Após a citação dos nomes de pessoas reconhecidas como referências para o Movimento, outra música foi cantada pelo casal de narradores. Dizia assim:

Dividiram terra, quanto sangue derramado,
Na luta por um pedaço de chão.
Quantas mães perdem seus filhos sem explicação.
Com fé em Deus a gente alcança, a vida nos ensina a acreditar.
São tantas trilhas, tantas vezes pra enfrentar.
E em cada canto uma esperança de se plantar, criar raiz,
mas como um sonho de criança, vem sempre a hora de partir.
E a história se repete em muitos cantos desse meu país.
Deixar de lado o preconceito, sabemos que temos direito de ser
feliz.
E a gente vai, ergue a bandeira vai, não podemos desistir.
E a gente vai, ergue a bandeira vai, nossa terra conseguir,
a reforma agrária no país.

A canção faz memória do altruísmo na luta pela terra e fala de uma disposição para enfrentar sofrimentos e adversidades que podem ser identificadas num acampamento, numa ocupação ou nos riscos de repressão violenta das mobilizações do Movimento. A *mística*, mais uma vez, chama atenção para o elemento religioso da fé como sentido de uma dimensão esperançosa da luta pela terra, reeditada constantemente nos territórios de ação e presença

do MST. A música não dispensa a noção do acesso à terra como um direito que legitima a busca por ele pela via da organização sempre representada por um de seus símbolos mais conhecidos: a bandeira.

A cerimônia seguiu com os jovens erguendo as bandeiras, os chapéus, as enxadas, as foices e os facões e cantando em conjunto com todos os presentes. A prática de envolver quem está “assistindo” é um distintivo da *mística* como “algo que não deve ser expresso com propósito de entretenimento, nem surpresa ou sensacionalismo. (...) Se um poema é usado, uma cópia do texto deve ser providenciado para que o público tenha acesso ao que está sendo lido, o mesmo com uma música” (ISSA, 2007, p. 131). Caso contrário, deve ser entoada uma canção de conhecimento amplo dos participantes.

A encenação continuou com a seguinte narração feita ao microfone:

Ao longo de nossa história de luta pela terra e reforma agrária, iniciamos com o grito que **terra pra quem nela trabalha**, porque era o bem de todos e tinha que ser democratizada. Continuamos ocupando os latifúndios, resistindo às atrocidades e à perversão do Estado burguês. E produzindo para soberania alimentar do país e para nossa sobrevivência. Ampliamos nossa luta e os debates da reforma agrária para a sociedade brasileira, pois entendemos e convidamos a todos os brasileiros a lutar conosco. A **reforma agrária, uma luta de todos**. E na luta pelo Brasil melhor, mais justo e igualitário e que todos os sem terra tenha terra para trabalhar, gritamos que queremos a **reforma agrária e um Brasil sem latifúndio**. E o sonho continua. Muito já foi feito, mas ainda falta muito a fazer, pois a nossa luta vai além da terra. É por reforma agrária, justiça social e soberania popular do povo brasileiro e latinoamericano. Por mais que tentem nos calar, nos matar, nos criminalizar e desarticular a organização da classe trabalhadora, nós dizemos...

As palavras finais da narração funcionaram como deixa para os jovens que encenavam o ritual erguerem o braço esquerdo com punhos cerrados e gritarem juntos, por três vezes, a frase “Nós seguimos em frente e a luta continua.”. Depois disso, começou a ser cantado ao microfone o Hino do MST que foi acompanhado, em voz alta, por todos os presentes, encerrando o momento celebrativo.

À guisa de conclusão

Este artigo analisou a *mística*, realizada na comemoração dos vinte anos do MST no Ceará, entendendo-a como uma liturgia política, ou seja, como uma ritualização constitutiva da ação política do Movimento. Nesse sentido, os rituais dos agentes políticos não institucionais, como os movimentos sociais, nem de longe, podem ser pensados como encenações meramente celebrativas ou desprovidas do sentido político que investe o conjunto da ação coletiva de contestação. Aqui fica demonstrado, portanto, um trabalho das

lideranças e das bases do Movimento no sentido de organizar o passado numa versão, admitida coletivamente como legítima, em que a reorganização da memória se vincula aos esforços de manutenção da ação coletiva, investindo de sentido justificador as atividades contemporâneas dos sem-terra. A partilha da percepção comum sobre a experiência social vivida, difundida na *mística*, não é o elemento exclusivo de enlace entre os militantes e os líderes MST, mas integra um emaranhado de relações sociais que constituem as intensas articulações entre base social e lideranças do Movimento, dando sentido para a conformação da organização. O estudo da ritualidade na política, como se pode perceber, permite acessar as dimensões simbólicas nas quais as relações de poder se realizam.

Referências

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Novas leituras*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder. Conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. 193 p.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995. 129p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 315p.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. 318p.

ISSA, Daniela. Praxis of Empowerment. *Mística* and mobilization in Brazil's Landless Rural Workers' Movement. *Latin American Perspectives*. vol. 34, nº 2, p. 124-138, mar. 2007.

JORGE NETO, Paulo de M. A Estrutura Produtiva do Ceará nas Décadas de 1970-1980. In: CARVALHO, Rejane. *O Ceará na Década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes/Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia UFC, 2009. p. 31-56.

LEITE, Sérgio P. Seis Comentários sobre Seis Equívocos a Respeito da Reforma Agrária no Brasil. *Revista NERA /UNESP*, Ano 9, nº 9, jul/dez, 2006. p. 144-158.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses. Religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. 271 p.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1979. 155p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Avante, 1981. 125p.